

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA¹

REFLECTIONS ABOUT SEXUAL EDUCATION OF DISABILITY PERSON

Ana Cláudia Bortolozzi MAIA²

RESUMO: A sexualidade é inerente a todo ser humano e sua manifestação independe da presença ou ausência de deficiências. Recentemente, a questão da educação sexual da pessoa com deficiência tem sido alvo de reflexões no campo da Educação Especial, principalmente entre alguns pesquisadores, almejando buscar ações alternativas de orientação mais adequadas, pertinentes e éticas. Comumente a família, os profissionais e os professores, seja por ingenuidade, desconhecimento ou ainda por despreparo, tratam a sexualidade de acordo com crenças, preconceitos e idéias distorcidas, atribuindo aos deficientes uma sexualidade com limitações ou com exageros. As possíveis elaborações de programas de orientação sexual demandariam preliminarmente uma investigação sobre as concepções que os educadores têm acerca da sexualidade das pessoas com deficiência. Isso possibilitaria acréscimos metodológicos (de conteúdo e de estratégias) para consolidar futuras propostas de ações educativas voltadas à sexualidade do deficiente, seja qual for a condição da deficiência e sua possível limitação social.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; deficiências; educação especial.

ABSTRACT: The sexuality is intrinsic for all human being and its manifestation doesn't depend by the presence or not of disabilities. Recently, the sexual education of disabled person, has been aim of reflection in Especial Education, essentially for some researches people deserving for alternatives actions to sexual orientation more appropriate, pertinent and ethics. Commonly, the family, the professionals and the teachers, innocently, ungratefulness or even though for unpreparedness, treat the sexuality in agreement with their faiths, preconceptions and distorted ideas, attributing to the deficiency a sexuality with limitations or with exaggerations. The possible elaborations of sexual orientation programs would demand preliminary an investigation about the conceptions that the educators have concerning the disabled people's sexuality. That would make possible methodological increments (of content and of strategies) to consolidate future proposed of educational action to the sexuality of the deficient, in spite of any condition of the deficiency and of its possible social limitation.

KEYWORDS: Sexuality; disabilities; especial education.

Introdução

O interesse em investigar as questões da sexualidade humana não é recente. Porém, no âmbito da Educação, ainda são escassos os conhecimentos das concepções sobre as questões relativas à sexualidade que têm professores, profissionais e familiares das pessoas com deficiência. Historicamente, por razões que dizem respeito às relações sociais, a deficiência tem sido tomada como uma questão complexa e

¹ Agradecimentos especiais à Professora Dra. Maria Salete Fábio Aranha e ao Professor Dr. Kester Carrara pelos comentários e sugestões valiosas que contribuíram na redação final deste manuscrito.

² Professora Mestre em Educação Especial pela UFSCar/SP, professora do Departamento de Psicologia da UNESP/Bauru/SP. Endereço Eletrônico: anaclaudia@educanet.g12.br; aclaudia@fc.unesp.br

apenas recentemente, familiares, profissionais e principalmente pesquisadores têm refletido sobre os aspectos da sexualidade ao longo do desenvolvimento das pessoas com deficiências e sobre as possíveis ações educativas de orientação sexual adequadas para elas.

Conhecer e compreender a postura dos educadores frente à manifestação da sexualidade de pessoas deficientes seria um caminho promissor na busca de posturas educacionais voltadas para a elaboração e a implementação de possíveis programas de orientação sexual voltados à população especial.

Parece-me ser tarefa dos educadores garantir às pessoas as melhores condições para o exercício da vida social (cidadania) incluídas aí as questões sexuais, e para tal é fundamental que essa iniciativa possa estar pautada em reflexões teóricas - científicas - e práticas, com aplicações de procedimentos de ensino facilitadores especificamente voltados, no caso da Educação Especial, à população especial para a qual se destinam.

As limitações e as dificuldades sexuais que a pessoa deficiente apresenta são, em parte, impostas pela deficiência. No entanto, seja a deficiência mental, física ou sensorial (auditiva e visual), estas dificuldades tornam-se *problemas* quando, através das relações sociais, atribui-se a elas representações inadequadas ou preconceituosas. Parece não haver clareza de que a inabilidade social ou os possíveis *problemas* apontados pelos educadores, em geral, decorrem não da deficiência em si, mas da falta de uma orientação sexual adequada e, em última instância, de um processo deficitário ou inadequado de educação sexual (Gale, 1989; Pinel, 1993; (Gherpelli, 1995; Glat & Freitas, 1996).

A esse respeito, as últimas autoras afirmam:

Cria-se então uma situação deveras complicada, pois os familiares e profissionais, por princípio, ignoram a sexualidade de seus filhos, alunos ou clientes deficientes, e, conseqüentemente, não lhes prestam nenhum tipo de orientação a respeito. Depois, se surpreendem quando os pegam sexualmente excitados, e atribuem seu comportamento 'inapropriado' à sua patologia clínica. (Glat & Freitas, 1996, p.15)

Sexualidade e educação sexual

Ao caracterizar as questões da sexualidade humana, referimo-nos a um processo de educação sexual que, embora se concretize na personalidade individual, é construído socialmente ao longo da vida. É através dele que escolhemos e vivemos a nossa própria sexualidade; ao mesmo tempo, no entanto, a ideologia em cada cultura dita regras de *normalidade* com relação às questões da sexualidade. As concepções, crenças pessoais e sentimentos - frutos da educação sexual - influenciam as atitudes e as ações com relação à manifestação da sexualidade das pessoas. E já não é surpresa o efeito nefasto da repressão sexual sobre o desenvolvimento psicossocial das pessoas.

A educação sexual tem diferentes dimensões e imensa abrangência. Inclui, indiscutivelmente, o biológico, o psicológico, o social e o ético, além de ser um processo amplo e que permeia a vida de toda a sociedade, de diversas maneiras e, freqüentemente, é muito controvertido (Werebe, 1977; Vitiello, 1995; Ribeiro, 1990, Cavalcanti, 1993). A educação sexual, reitera-se, é inerente a um processo social em constantes transformações, na medida em que possui caráter histórico e está envolvida no processo de educação geral que, sem ser completamente consciente, permeia todo o comportamento humano. Nesse sentido, cabe chamar a atenção para o fato de que, embora a informação seja parte integrante da educação geral e, em particular, da educação sexual, esta última exige muito mais que apenas informar. A educação sexual deve almejar a formação das pessoas, no mesmo sentido em que a educação geral também deveria fazer. Na sua especificidade, a educação sexual deve buscar o oferecimento de condições e meios para que o educando cresça interiormente (Cavalcanti 1993; Vitiello, 1995) e seja capaz de tornar-se um cidadão, escolher e viver sua sexualidade da melhor maneira possível, respeitando o sentido de coletividade. Werebe (1977) define a educação sexual enquanto um processo que propõe um conjunto de ações diretas ou indiretas, deliberadas ou não, conscientes ou não, exercido sobre uma pessoa ao longo de seu desenvolvimento enquanto ser humano, que lhe permite situar-se em relação à sexualidade e a sua própria vida.

Isto posto, evidencia-se que a sexualidade implica a expressão de uma personalidade histórica e social. Ou seja, é um dos elementos essenciais na constituição da pessoa, na medida em que faz parte da expressão de sua personalidade, embora esta seja dinâmica e passe por modificações através dos tempos (Fagundes, 1992; Gherpelli, 1995). No mesmo sentido, Cabral (1995) reitera que o mundo e as relações entre os seres humanos, se forem compreendidos numa dimensão histórica, processual e dinâmica, podem ser encarados como estando em constante transformação. Compreendida a sexualidade em sua dimensão histórica, respeitada a individualidade de quem a exerce e, portanto, considerando que ela está sujeita a transformações sociais, deve-se entendê-la como um processo que é passível de ser reformulado, questionado em seus valores e padrões vigentes. Nessa direção, parecem apropriadas, na sociedade atual, as posições que se recusam ao autoritarismo sexual que se disfarça nos tratamentos desiguais, na violência e no preconceito sexual, e que se posicionam em favor de uma liberdade sexual responsável. Essa luta parece definitivamente marcada pelo direito à liberdade pessoal e social, numa perspectiva histórica (Goldberg, 1988). Essa mesma autora esclarece que a Declaração Internacional dos Direitos da Infância e da Juventude deixa explícito que todo ser humano tem direito ao respeito à totalidade do seu corpo e a receber uma educação na família e fora dela, adaptada aos seus diferentes níveis de desenvolvimento psicosssexual, tem direito de ter a sexualidade reconhecida como parte integrante de todos os aspectos de sua vida (saúde física e mental, relações interpessoais, vida familiar e de trabalho, por exemplo), assim como há o direito à igualdade entre os sexos e, também, de esperar que sua sexualidade lhe dê prazer e contribua para uma vida social satisfatória (Goldberg, 1988).

Sexualidade e deficiências

É inegável que a sexualidade é inerente a todas as pessoas e que o exercício da sexualidade independe em sua manifestação da presença ou ausência de deficiências. Muitas crianças e adolescentes com deficiências, das mais diversas, não recebem uma educação sexual comum à maioria das pessoas e, por isso, acabam sendo considerados, numa generalização absurda como, deficientes não só em algumas habilidades, mas também na sua sexualidade (Gale, 1989; Sinason, 1993; Gherpelli, 1995). Isso reflete um preconceito social e uma visão fragmentada das pessoas com relação aos diferentes aspectos que constituem a vida humana (biológico, psicológico e social).

Na educação sexual da pessoa com deficiência o que pode ocorrer de diferente, por exemplo, são especificidades nos mecanismos de exteriorização da atividade sexual, e dificuldades quando “a exploração e experimentação, tão essenciais para o desenvolvimento erótico-afetivo de qualquer pessoa, acabam sendo duplamente tolhidas no portador de deficiências que confunde limitação com incapacidade” (Pinel, 1993, p. 312).

Há duas décadas, vários pesquisadores têm se preocupado e discorrido sobre as questões da sexualidade do deficiente levantando as dificuldades, os mitos e as crenças presentes no trato com o deficiente nos âmbitos da família (pais) e dos profissionais (técnicos) ou educadores que lidam com o deficiente (Lipp, 1981; Giami & D’Allones, 1984; Assumpção Jr & Sprovieri, 1993; Oliveira, 1988; Denari, 1992; Glat, 1992; Pinel, 1993; Amaral, 1994; Dias; Denari; Sampaio; Semionato-Toso & Zaniolo, 1995; França Ribeiro, 1995; Gherpelli, 1995; Salimene, 1995; Bruhns, 1996; Glat & Freitas, 1996; Denari, 1997; Massitel & Marquezine, 1998; Maia, 1999; Maia & Rodrigues, 1999; Shicasho & Manzini, 1999; Poppi & Manzini, 1999; Lemos & Menin, 1999, dentre outros).

Os pais e os profissionais, em geral, desenvolvem uma noção da sexualidade do deficiente impregnada pela idéia de que as pessoas deficientes são ou assexuadas ou hipersexuadas, desconsiderando que as necessidades, desejos e capacidades sexuais dos deficientes são equivalentes aos das pessoas não-deficientes. *A sexualidade do deficiente adjetivada* (angelical x selvagem) reforça as atitudes sociais de isolamento, segregação e ignorância em relação aos aspectos da sexualidade o que, inadvertidamente, dificulta e restringe as tentativas de uma orientação sexual consistente (Lipp, 1981; Giammi & D’Allones, 1984; Pinel, 1993; Amaral, 1994; França Ribeiro, 1995; Glat & Freitas, 1996; Denari, 1997).

As possíveis restrições e limites que uma pessoa com deficiência pode apresentar durante a manifestação de sua sexualidade podem ser descritos sob os pontos de vista orgânico e psicossocial. Problemas orgânicos na deficiência, na maioria das vezes, não alteram a função sexual, mas complicam o desenvolvimento da sexualidade. No entanto, a grande maioria dos problemas de desenvolvimento da sexualidade é de origem psicossocial e não orgânica, e dizem respeito tanto às pessoas com deficiências como às não deficientes (Pinel, 1993; Gherpelli, 1995). Muitas vezes,

os aspectos limitadores não estão na deficiência em si, mas nas barreiras psicológicas que dela derivam: por exemplo, tédio pelas restrições físicas e/ou isolamento social, depressão, insegurança ou baixa auto-estima. Outras vezes, são barreiras físicas que limitam a pessoa deficiente ou criam e alimentam barreiras psicológicas (falta de aptidão verbal, remédios, higiene pessoal, maneirismos) e ainda podem ser barreiras sociais como isolamento, falta de convívio social entre amigos e preconceitos sociais (Gale, 1989; Glat, 1992).

Qualquer iniciativa para compreender a sexualidade da pessoa com deficiência deve valer-se de uma análise biopsicossocial das condições facilitadoras ou não, dessa pessoa no convívio com os familiares e a comunidade. Resgatam-se, assim, os aspectos do desenvolvimento psicossocial relacionados à imagem corporal, auto-estima, dificuldade com identidade e papel sexual e vulnerabilidade à exploração sexual por terceiros. O comprometimento da imagem corporal, por exemplo, estará relacionado diretamente às dificuldades de socialização e de construção de uma identidade social. Nesse sentido, as dificuldades podem ocasionar bloqueios emocionais e carências afetivas que estimulam, nos deficientes, falsas crenças e expectativas, sentimentos de inferioridade e frustração, além de uma auto-imagem distorcida e uma auto-estima negativa (Pinel, 1993; Gherpelli, 1995).

Falar da sexualidade de pessoas deficientes implica um conhecimento das especificidades de cada deficiência em relação ao desenvolvimento psicossocial, entendido como um processo de educação sexual ao qual todos estamos sujeitos, num dado contexto social.

A sexualidade do deficiente mental, para a sua manifestação saudável, dependerá de toda uma estruturação de esquemas educacionais que proporcionem condições adequadas para sua expressão, pois com relação à dimensão erótica e sexual nada há que o diferencie das pessoas ditas *normais* ou *não deficientes* (Assumpção Jr & Sprovieri, 1993; Gherpelli, 1995; França Ribeiro, 1995; Glat & Freitas, 1996). No âmbito social, o desenvolvimento sexual da pessoa com deficiência mental pode comprometer-se com relação ao processo geral de construção da identidade sexual e da manifestação dos papéis sexuais. Na maioria das vezes, a criança com deficiência mental cresce segregada de determinados aspectos do convívio social e, como consequência, as poucas informações acabam sendo veiculadas genericamente e são assimiladas de modo deturpado no imaginário do deficiente (Pinel, 1993). Ainda, a conduta sexual, as relações interpessoais e a convivência com parceiros são frequentemente relacionadas ao grau de retardo. Comportamentos da sexualidade humana - dos mais simples como abraços, beijos e palavras aos mais íntimos, como masturbação solitária, masturbação em grupo e relação sexual, parecem sempre processos complexos quando manifestados por uma pessoa com deficiência mental. Ou seja, comportamentos tolerados em algumas pessoas tornam-se, seguindo um preconceito social, aberrações e/ou desvios na pessoa deficiente mental, o que reforça a repressão e a sua problemática.

No caso das pessoas com deficiências sensoriais, visuais ou auditivas, o desenvolvimento da sexualidade pode tornar-se, de certa maneira, limitado na sua manifestação social e comprometido na possibilidade de aprendizado e no processo de construção das representações subjetivas, da auto-imagem, da noção de estrutura corporal, do conhecimento das partes anatômicas, ou seja, nos processos psicossociais da sexualidade (Pinel, 1993; Mattos, 1995; Bruhns, 1996). Muito há para se pesquisar nessa área, pois a literatura ainda é escassa no que se refere às questões da sexualidade quando a deficiência é visual ou auditiva.

Na pessoa com deficiência física, além de todos os aspectos já apontados acima estarem associados, deve-se acrescentar a limitação espacial e orgânica da resposta sexual e os aspectos sociais nos relacionamentos interpessoais. Entretanto, é preciso frisar, antecipadamente, o fato de que não se colocam aqui quaisquer padrões fixos para as limitações nas deficiências de um modo geral (Salimene, 1995). Permanece vigente a idéia de que sobretudo a educação voltada à sexualidade dos deficientes deve considerá-los em primeiro plano enquanto pessoas dotadas, individualmente, de uma história particular de vida ocorrida num contexto social próprio. Nesse sentido, proceder uma educação sexual que parta de classificações grosseiras sempre levará a riscos no sentido de deixar de considerar o que em Psicologia e Educação é lição básica: o respeito à individualidade.

Portanto, a despeito das limitações que eventualmente existam, é inegável que a sexualidade se manifesta em qualquer pessoa com deficiência, já que é prevalente a sua condição de ser humano, a quem a sexualidade é inerente. É pré-requisito entender que o modo como ocorre o desenvolvimento e a educação da sexualidade na primeira infância e na adolescência é importante para determinar quais as limitações biopsicossociais características de sua manifestação na idade adulta. Parece claro que a pessoa com deficiência vive o desenvolvimento da sexualidade e, especialmente, as modificações biológicas e psicológicas do período adolescente como qualquer outro ser humano, embora existam os citados limites impostos socialmente para sua expressão. Glat (1992), lembra que constitui um estereótipo acreditar que as pessoas deficientes são incapazes de analisar sua própria vida e expressar seus sentimentos (desejos). Daí, conclui-se que não é de se admirar que os progressos na área, a elaboração das teorias a respeito da sexualidade e das deficiências em geral e os planejamentos e programas de educação sexual, sejam tão escassos, pois poucos têm considerado as opiniões e as necessidades dos próprios educandos deficientes nessas questões.

A sexualidade das pessoas com deficiência e a escola

Considerando que a instituição escolar é, por sua função histórico-social, um espaço privilegiado de socialização ao lado da família, é inevitável constatar que no âmbito escolar os professores, funcionários e administradores, todos na sua dimensão de educadores, vão acabar se deparando com as questões da sexualidade de seus educandos. E que, assim, a escola seria um espaço privilegiado para

compartilharem, pais e educadores, uma reflexão sobre as questões da educação sexual, em especial, das pessoas com deficiência, já que sabemos todos que numa relação pedagógica, explicitamente ou não, a sexualidade estará sempre presente, pois:

A escola, querendo ou não, depara com situações nas quais sempre intervém. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe ou permite certas manifestações e não outras, seja quando opta por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos naquele momento (Brasil, 1997, p.113).

Se, por um lado, as questões do desenvolvimento sexual podem estar prejudicadas nas pessoas com deficiência, por outro lado, podem também trazer dificuldades a seus pais ou responsáveis. É comum que os pais esperem da escola (instituição) que dê conta de fornecer uma educação sexual adequada a seus filhos, o que leva esses pais a esquecerem que seus filhos, crianças, adolescentes ou adultos deficientes, têm sentimentos e anseios sexuais próprios. Esse *esquecer* pode acabar danificando seu potencial de desenvolvimento emocional (Dall’Alba, 1991; Glat, 1992; Sinason, 1993; Dias, Denari, Sampaio, Semionato-Toso & Zaniolo, 1995; França Ribeiro, 1995; Maia, 1999; Maia & Rodrigues, 1999). Os receios e as dificuldades no trato da sexualidade de seus filhos são expressos pelos pais através do silêncio, da repressão de sua manifestação e mesmo da infantilização do comportamento dos adolescentes e adultos deficientes.

Além dos pais, também os professores, na maioria das vezes, manifestam a mesma dificuldade com relação aos aspectos da sexualidade de seus educandos com deficiência. É comum que os professores, ao se depararem com essas questões, ainda mantenham uma noção do deficiente como uma *criança* e a sexualidade como *genitalizada* e *biologizada*. Essa dicotomia, da sexualidade-genitalidade, está, portanto, associada a uma visão veiculada e assumida socialmente, mas não é representativa da sexualidade própria ao deficiente (Dall’Alba, 1990). No contexto educacional, os educadores não sabem como agir diante das manifestações diversas da sexualidade (masturbação, exibicionismo, jogos e brincadeiras sexuais, namoros, etc...) e acabam generalizando as questões referentes à sexualidade e à deficiência, compreendendo uma como causa da outra. Assim, nessas questões, os professores ora acabam reproduzindo as crenças e atitudes da família; quando há iniciativas de orientação elas, em geral, restringem-se a noções da sexualidade genitalizadas, esquecendo-se dos aspectos psicossociais, das relações afetivas num contexto social mais amplo.

A respeito dessas questões Dall’Alba (1991) discute os dados em sua pesquisa relatando que:

As falas dos professores evidenciaram desinformação e contradições sobre as questões sexuais. Os professores relataram sobre as dificuldades encontradas para decidir por uma linha de ação diante das manifestações sexuais do deficiente: não sabem o que fazer. Algumas vezes impedem e outras vezes permitem a

manifestação sexual, qualificando muitas de suas ações como impulsivas. As atitudes tomadas pelos professores estão relacionadas ao tipo de manifestação... (Dall'Alba, 1991, p.49)

Na escola, é comum observarmos uma carência de informações sobre sexo, seja em seus aspectos biológicos, psicológicos ou sociais, associada aos flagrantes de atividades sexuais, quase sempre consideradas *inadequados*. O ideal seria que os educandos - desde a primeira infância - tivessem as suas manifestações sexuais encaradas com naturalidade, sejam eles deficientes ou não-deficientes (Guimarães, 1992). Esse quadro, na realidade, conclui essa autora, revela "o produto do tratamento que a sociedade como um todo (nela incluída a escola) dá à sexualidade, e enfatiza o quanto a escola, enquanto instância educativa, está longe de atender às expectativas dos maiores interessados, os educandos" (Guimarães, 1992, p.57).

Atualmente, a questão da sexualidade do deficiente passou a ser proposta pelos profissionais, tanto os que militam nos meios clínicos quanto nos educacionais. Principalmente nas questões educacionais, essa discussão ganhou espaço e popularidade atendendo os princípios de normalização, integração e/ou inclusão do deficiente na sociedade.³ Entretanto, ainda encontra-se em algumas famílias e profissionais a idéia, errônea, de que a sexualidade das pessoas com deficiência é intrinsecamente problemática, quando não patológica (ora exibicionista, ora sexualmente infantil) e acima de tudo prevalece um grande despreparo diante de sua manifestação no cotidiano (Glat, 1992; França Ribeiro, 1995; Glat & Freitas, 1996).

Nesse sentido, muito da inabilidade dos educadores frente às questões sexuais de seus educandos deficientes reside em dois aspectos: por um lado no fato da sexualidade do deficiente ser permeada de mitos e idéias distorcidas e por outro no fato do professor sentir-se despreparado com relação às questões da sexualidade humana, tanto no que se refere às informações básicas quanto ao trato social de sua manifestação.

França Ribeiro (1995) discute os resultados de seu estudo acerca da dificuldade da implementação de Programas de Orientação Sexual numa instituição educacional para deficientes mentais, que podem ser estendidos a outras deficiências, afirmando:

Fica bastante claro, que a cultura Ocidental ainda manifesta forte aversão à aceitação das manifestações da sexualidade entre pessoas que fogem aos padrões estabelecidos como normais. Por outro lado, o isolamento social a que os deficientes mentais são submetidos, faz também com que as pessoas, de um

³ O movimento mundial pela Educação Inclusiva, defendido pela Declaração de Salamanca em 1994, e adotado pelo Brasil, defende, por princípio, a promoção de acesso de todas as crianças à escola regular, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, etc... Baseando-se na Constituição Federal, Capítulo II, Seção I, artigos 205, ' a educação , direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade...' e 208, inciso III, ' atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino', a Educação Inclusiva garante que todas as crianças com necessidades especiais tenham um lugar no ensino regular. Para uma consistente reflexão histórica e conceitual sobre o processo de inclusão, ver Aranha (no prelo).

modo geral, não estejam acostumadas a presenciar casais de deficientes mentais namorando, trocando carícias, etc [...]. A Equipe de Professores enfatiza que há ausência de oportunidades, para uma reflexão sobre o modo de os profissionais, que lidam com essa população, encararem as manifestações da sexualidade dessas pessoas e a maneira de se comportarem diante delas [...] os membros do grupo não sabem como agir para diminuir a tensão sexual entre os alunos, ficando claro, que se percebem despreparados para atuarem. (França Ribeiro, 1995, p.373)

Reflexões finais

A questão da sexualidade, em suma, não pode ser vista como um fato isolado dos outros aspectos da vida de uma pessoa com deficiência, visto que a sexualidade é intrínseca à dimensão humana. O maior *problema* da sexualidade das pessoas com deficiência, com todas as suas particularidades e possíveis limitações, não parece estar na deficiência em si, mas no conjunto de desinformações, preconceitos, tabus sociais e de nossos próprios limites na área sexual (Denari, 1992; 1998; França Ribeiro, 1995).

A literatura examinada conduz, fundamentalmente, à idéia de que o pleno exercício da sexualidade, nas situações em que está presente algum tipo de limite imposto por qualquer forma de deficiência, depende essencialmente de um bom processo educacional. Dizendo de outra maneira, nada parece indicar a existência de qualquer impedimento definitivo, na maioria dos casos associado às deficiências, que permita fazer um julgamento prévio ou preconceituoso antevendo que necessariamente existam limitações à expressão da sexualidade humana em tais casos. Desse modo, conhecer cada vez melhor e sob critérios objetivos qual a natureza das dificuldades enfrentadas pelos deficientes (especialmente as dificuldades oriundas do próprio modo de organização social em que eles vivem) e as dificuldades enfrentadas pelas famílias e pelos professores e profissionais nas instituições educacionais, parece ser um dos caminhos que podem conduzir à elaboração de propostas educacionais sistemáticas, seguras e socialmente possíveis para garantir a manifestação saudável da sexualidade em todos os casos.

Ratifica-se, portanto, que o estabelecimento de parâmetros mais seguros para lidar com a sexualidade do deficiente visaria tanto contribuir para a reflexão necessária ao trato com o deficiente e com os esforços de inclusão que atualmente são urgentes, quanto para o reconhecimento dessa dimensão da vida da pessoa com deficiência, tão importante para ela e para os que com ela convivem.

Referências Bibliográficas

AMARAL, L. Adolescência/Deficiência: uma sexualidade adjetivada. *Temas em Psicologia*, São Paulo, n. 2, p.75-79, 1994.

ARANHA, M. S. F. A inclusão social da criança especial. *Revista do Ministério Público do Trabalho* (no prelo).

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F.; SPROVIERI, M. H. *Deficiência mental, família e sexualidade*. São Paulo: Memnon, 1993.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural; orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRUHNS, M. A. T. Deficiência Visual e Educação Sexual: a trajetória dos preconceitos - ontem e hoje. In: GOYOS, C.; ALMEIDA, M. A.; SOUZA, D. *Temas em Educação Especial*. São Carlos, v. 3, p. 255-269, 1996.

CABRAL, J. T. *A sexualidade no mundo ocidental*. Campinas: Papirus, 1995.

CAVALCANTI, R. C. Educação Sexual no Brasil e na América Latina. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. São Paulo, v.4, n.2, p.164-173, 1993.

DALL'ALBA, L. Sexualidade e deficiência mental. In: T. DIAS, E. G. MENDES. F. E. DENARI, M. J. REIS & M.P.R. COSTA (Orgs.). *Temas em Educação Especial*. São Carlos, v. 1, p. 101-102, 1990.

_____. *Sexualidade e Deficiência Mental - Concepção do Professor*. 1991. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

DENARI, F. E. Pensando o sexo. *Revista Brasileira de Educação Especial*. São Carlos, v.2., n.1, p.119-122, 1992.

_____. *O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera*. 1997. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

_____. Deficiência & Sexualidade: direito ou concessão. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O.; MORI, N. N.; SHIMAZAKI, E. M. (Org.) *Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial*. Londrina: UEL, p.333-338, 1998.

DIAS, T. R. S.; DENARI, F. E. SAMPAIO, I. E.; SEMIONATO-TOSO, E. M. ZANIOLO, L. O. Deficiência Mental e Sexualidade: a perspectiva de mães de deficientes. *Revista Integração*, Brasília, Ano 6, n. 15, p. 7-14, 1995.

FAGUNDES, T.C.P.C. Educação Sexual- prós e contras. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 3, n.2, p. 154-158, 1992.

FRANÇA RIBEIRO, H. C. *Orientação Sexual e Deficiência Mental: estudos acerca da implementação de uma programação*, 1995, Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

GALE, J. *O adolescente e o sexo- um guia para os pais*. São Paulo: Best Seller, 1989.

GHERPELLI, M. H. B. V. *Diferente, mas não desigual - a sexualidade do deficiente mental*. São Paulo: Gente, 1995.

GLAT, R. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Carlos, v. 1, n.1, p.65-74, 1992.

GLAT, R; FREITAS, R. C. Sexualidade e Deficiência Mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. *Questões Atuais em Educação Especial, Vol. II*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

GIAMMI, A.; D'ALLONES, C. R. O anjo e a fera: as representações da sexualidade dos deficientes mentais pelos pais e educadores. In: D. NETO (ed). *A negação da deficiência: a instituição da diversidade*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socius, 1984.

- GOLDBERG, M. A. A. *Educação sexual - uma proposta, um desafio*. São Paulo: Cortez, 1988.
- GUIMARÃES, C. R. P. *O descaso em relação à educação sexual na escola: estudo de manifestações de futuras professoras de 1ª à 4ª série do 1º grau*, 1992. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- LEMOS, A. M. V.; MENIN, M. S. S. Educação sexual do deficiente mental: subsídios para elaboração de um programa educativo para pais e professores. In: MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (Orgs) *Educação Especial e Estigma – corporeidade, sexualidade e expressão artística*. Marília: UNESP, p.167-182, 1999.
- LIPP, M. N. *Sexo para deficientes mentais: sexo e excepcional dependente e não dependente*. São Paulo: Cortez, 1981.
- MAIA, A C. B. A sexualidade de pessoas com deficiência mental segundo seus relatos e de seus pais. *Trabalho apresentado no IV Seminário de Pesquisa em Educação Especial*. São Carlos, UFSCar, 1999.
- MAIA, A.C.B.; RODRIGUES, O. M. P. R. A sexualidade de deficientes mentais: uma caracterização para subsidiar um projeto de intervenção. *Anais do III Simpósio em Filosofia e Ciência: Educação, Universidade e Pesquisa: paradigmas do conhecimento no final do milênio*. (Resumo). Marília: UNESP, p.76, 1999.
- MASSITEL, O. B.; MARQUEZINE, M. C. Um Estudo das manifestações inadequadas da sexualidade em ambiente escolar de alunos portadores de deficiência mental. In: MARQUEZINE, M. C. ; ALMEIDA, M. A. TANAKA, E. D. O. ; MORI, N. N. ; SHIMAZAKI, E. M.(Orgs) *Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial*. Londrina: UEL, p.339-343, 1998.
- MATTOS, J. P. A Sexualidade e a deficiência auditiva. *Revista Integração*. Brasília, Ano 6, n. 15, p.34-36, 1995.
- OLIVEIRA, M. A Sexualidade dos Deficientes Mentais. *Revista Mensagem da APAE*, jul/set/; p.13-15,1998.
- PINEL, A. C. A restauração da Vênus de Milo: dos mitos à realidade sexual da pessoa deficiente. In: RIBEIRO, M. (Org.) *Educação sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 307-325, 1993
- RIBEIRO, P.R.M. *Educação sexual: além da informação*. São Paulo:EPU, 1990.
- RIBEIRO, M. (Org.) *Educação sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 307-325, 1993.
- POPPI, M. A. V; MANZINI, E. J. Concepção do professor especializado sobre a sexualidade do aluno com deficiência. In: MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (Orgs) *Educação Especial e Estigma – corporeidade, sexualidade e expressão artística*. Marília: UNESP, p.155-165, 1999.
- SALIMENE, A. M. *Sexo: caminho para a reabilitação*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SHICASHO, E. T.; MANZINI, E. J. Sexualidade sob a ótica do aluno com deficiência. In: MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (Orgs) *Educação Especial e Estigma – corporeidade, sexualidade e expressão artística*. Marília: UNESP, p.133-153, 1999.
- SINASON, V. *Compreendendo seu filho deficiente*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

Revista Brasileira de Educação Especial, v.7, n.1, 2001

VITIELLO, N. A Educação Sexual Necessária. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. São Paulo. v.6. n.1, p.18-28, 1995.

WEREBE, M. J. G. *A educação sexual nas escolas*. São Paulo: Moraes, 1977.